

PF prende delegado acusado de tentar montar falsa investigação

O juiz da 7ª Vara Federal, Paulo César Sodré, mandou prender o delegado da Polícia Civil de Mato Grosso, Márcio Pieroni, e o empresário Josino Guimarães, além de mais três pessoas. O Ministério Público Federal, autor dos pedidos de prisão, acusa os dois de montar e protagonizar uma farsa na tentativa de levantar suspeitas sobre a morte do juiz Leopoldino Marques do Amaral, cujo corpo foi encontrado carbonizado em 1999, no Paraguai. Os mandados já foram cumpridos pela Polícia Federal e os dois estão presos. A notícia é do jornal *Diário de Cuiabá*.

Além de Pieroni e Guimarães, foram presos o responsável pelo Setor de Desaparecidos da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Gardel Tadeu Ferreira de Lima, e o irmão do empresário, Cloves Luiz Guimarães. Abadia Paes Proença, outro alvo de pedido de prisão, já está recolhido preventivamente na Penitenciária Central do Estado sob a acusação de latrocínio.

O MPF também denunciou os envolvidos na suposta farsa pelos crimes de formação de quadrilha armada, denunciação caluniosa, falsidade ideológica, fraude processual, interceptação telefônica para fins não-autorizados em lei, quebra de sigilo funcional e violação de sepultura. Segundo as investigações, o grupo montou uma farsa para “provar” que Leopoldino ainda estaria vivo, livrando Josino, que deve ir a júri popular pelo crime.

O delegado foi custodiado em uma sala da Gerência de Operações Especiais (GOE) no bairro Centro América, em Cuiabá, e Guimarães está preso na sede da Polícia Federal de Rondonópolis, onde o mandado foi cumprido.

Josino Guimarães deve ser julgado nos próximos meses pelo assassinato do juiz. Os outros dois acusados no caso são Beatriz Árias e seu tio Marcos Peralta. Ela foi condenada a 12 anos de cadeia e ele morreu sem ser levado a júri.

Autenticidade do cadáver

Em março, o então delegado titular da DHPP, Márcio Pieroni, conseguiu uma decisão liminar em Cuiabá para proceder a retirada do corpo de Leopoldino Marques do Amaral, sepultado em Poconé, e fazer uma nova exumação do cadáver. Anteriormente, o juiz já havia sido exumado sob a mesma suspeita. A alegação de Pieroni era de que ele descobrira novas supostas evidências que levantavam dúvida sobre a autenticidade dos restos mortais, partindo de uma ficha odontológica que coletou com o dentista do juiz. O delegado também dizia que havia interrogado duas pessoas que afirmavam saber que Amaral estava vivo, morando em algum país da América do Sul.

Porém, no momento em que o exame acontecia no Instituto Médico Legal de Cuiabá, uma decisão da Justiça Federal decretou a imediata interrupção do procedimento, assim como a devolução do cadáver à sepultura. O MPF também foi o autor do pedido. A partir daí, a Polícia Federal começou a investigar a possível farsa, cumprindo mandado de busca e apreensão na casa de Josino Guimarães, o que culminou na denúncia apresentada à Justiça semana passada por um grupo de procuradores da República.

“A acusação refere-se à montagem de um simulacro de investigação paralela comandada pelo delegado

Pieroni para tentar levantar suspeitas das provas que subsidiam o processo judicial, em trâmite na Justiça Federal, no qual Josino Guimarães será julgado em breve por um Júri Popular pelo assassinato do Juiz Leopoldino”, traz a nota enviada pelo MPF.

A prisão de Guimarães foi decretada tanto nesta nova ação criminal quanto no processo de homicídio, sob o argumento de manter íntegra a instrução processual. Pieroni teve a prisão decretada por conveniência da instrução e para garantir a ordem pública, já que também foi indiciado por crime de tortura pela Corregedoria da Polícia Civil em outro inquérito para a obtenção de confissão.

Date Created

10/05/2011